

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



PF encontrou conversas de Maranhãozinho com agiota

Em vez de política, orçamento é caso de polícia

Antes de fechar o acordo em torno do qual o Congresso aceitou regras para tornar mais transparente e rastreável o processo de destinação de recursos via emenda parlamentar, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) foi explícito com os deputados e senadores. Com todas as letras, ele disse aos parlamentares que estava para estourar o novo escândalo do orçamento.

Na reunião, houve ainda quem tivesse a coragem de sugerir a ele que parasse com as investigações. “Não posso prevaricar”, respondeu Dino. O escândalo estourou. Três deputados se tornaram réus no STF esta semana. Outros talvez venham a se tornar mais tarde. Porque a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu investigação em nada menos que 361 municípios.

Condenação

É claro que é preciso esperar a defesa e o contraditório dos deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE). Mas a expectativa é de condenação dos três. A investigação da Polícia Federal teria encontrado provas robustas.

Propina

Em resumo, os três deputados teriam cobrado R\$ 1,7 milhão de propina do prefeito de São José de Ribamar (MA), José Eudes Sampaio Nunes (Avante) pela liberação de R\$ 6,7 milhões em emendas. O prefeito foi pressionado por quase um ano. Denunciou à Polícia Federal.

João Américo/PGR



PGR vai avançar em novas investigações

Mais 361 investigações deverão começar em breve

Havia um agiota, Josival Cavalcante, conhecido como “Pacovan”, que fazia a pressão sobre o prefeito. Ele foi assassinado no ano passado, não necessariamente por causa desse caso. Mas a PF encontrou conversas de Pacovan com Josimar Maranhãozinho a respeito da propina cobrada. “É claro: precisamos respeitar o devido

processo legal. Eles não estão condenados. Mas as investigações não vão parar por aí”, comenta o advogado Melillo Dinis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). A PGR entende que houve falta de transparência na destinação de recursos em pelo menos 361 cidades. Algo em torno de R\$ 279 milhões.

Opacidade

Mesmo após o acordo feito com Flávio Dino, o texto discutido no Congresso ainda tenta manter brechas para dificultar a transparência e a rastreabilidade das emendas. “Um grupo luta para manter a opacidade na destinação dos recursos públicos”, lamenta Melillo.

Emendas

Melillo elogiou emenda apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que termina com as emendas de bancada, mantendo apenas as individuais. “Seria um avanço. Porque as emendas individuais permitem maior rastreabilidade, uma vez que se sabe o autor”.

MCCE

Movimento responsável pela Lei da Ficha Limpa, o MCCE é um dos autores da ação que levou à decisão de Flávio Dino e do STF de bloquear a liberação das emendas e à construção agora de um acordo para por fim ao que se batizou de orçamento secreto.

Discussão

A proposta será levada à próxima reunião do MCCE no dia 19 de março. Que visa especialmente avançar na ideia de criar um projeto de iniciativa popular que estabeleça que parlamentares são responsáveis na Justiça pelos desvios dos recursos que destinam.

Novas regras para emendas mantêm brechas

Formato segue permitindo a omissão dos nomes dos padrinhos

Marcos Oliveira/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

O Congresso Nacional aprovou em sessão conjunta, nesta quinta-feira (13), o projeto de resolução (PRN) 1/2025, que determina novas regras para a execução das emendas parlamentares. As alterações incluem o Plano de Trabalho para a execução das medidas. Elaborado pelo governo e pelo Congresso, o plano foi homologado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na última semana.

O projeto de resolução foi aprovado na Câmara dos Deputados por 361 votos favoráveis e 33 contrários. Já no Senado, o texto foi aprovado por 64 votos favoráveis e três contrários. O PRN terá promulgação pela Mesa Diretora do Congresso Nacional e passará a ter força de lei. A expectativa é que as emendas parlamentares custem ao Orçamento da União R\$ 52 bilhões.

Mudanças

A resolução aprovada torna obrigatória a elaboração de atas que detalharão o procedimento de análise e aprovação de emendas em comissões e bancadas estaduais. As atas precisam ser elaboradas e disponibilizadas em sistema eletrônico. Não poderão ser aprovadas emendas com valores superiores ao que foi solicitado. Os recursos precisam ter caráter institucional e atender a interesses nacionais ou regionais.

Cada estado terá direito a até onze emendas parlamentares, das quais três precisam ser destinadas para obras inacaba-



Alcolumbre: sessão sobre emendas era “inadiável”

das. As emendas individuais do tipo Pix (transferências diretas aos municípios) podem chegar a até 2% da receita corrente líquida (ou seja, a soma da arrecadação) do ano anterior.

Além disso, o texto determina que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) não poderá votar as emendas às leis orçamentárias sem que o Comitê de Admissibilidade de Emendas aprecie anteriormente as indicações. Por outro lado, o comitê pode criar normas complementares para o processo de análise de emendas parlamentares.

Transparência?

Após uma extensa série de atritos entre os poderes Legislativo e Judiciário em decorrência de falta de transparência e rastreabilidade das emendas,

o plano de trabalho foi elaborado no intuito de garantir esses pontos. Todavia, há parlamentares e entidades que discordam das afirmações do relator da medida e alegam que o texto ainda peca nos critérios de transparência estabelecidos pela Suprema Corte.

O próprio ministro do STF Flávio Dino, relator do processo das emendas, disse que, apesar de o STF ter homologado o plano de trabalho, ele está “longe do ideal”.

“Para que nós possamos, como houve no orçamento secreto, [alcançar] um acúmulo de progressos, estamos longe do ideal. Ainda muito longe do ideal, mas passos concretos foram dados”, disse Dino durante uma audiência sobre meio ambiente, nesta quinta-feira.

Isso porque os líderes de partidos terão a responsabilidade de indicar a autoria das emendas de comissões. Portanto, na ata que os líderes enviarão às comissões detalhando valores das emendas, continuará não havendo qualquer menção ao nome do parlamentar que solicitou a emenda.

A medida pode abrir brechas para esconder quem são os verdadeiros padrinhos políticos dos recursos que forem destinados.

Nas atas, está previsto um campo para indicar qual deputado ou senador solicitou a emenda, mas não uma regra que obrigue se neste espaço deverá estar inscrito o nome do padrinho verdadeiro ou do líder partidário que encaminhou os pedidos aos colegiados.

Gayer pode ir ao Conselho de Ética por falas sobre Gleisi

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse nesta quinta-feira (13) que processará o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) por falas misóginas e machistas contra a nova ministra de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann. O senador entrará com recursos em “todas as instâncias”, inclusive no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A reação de Alcolumbre refere-se ao fato de que ele foi incluído nos ataques feitos por Gayer.

Um dia depois, o deputado do PL acabou tornando bem menor a gafe machista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, potencializando-a de forma impressionante. Após Lula dizer que queria ter uma melhor relação com os presidentes do Senado e da Câmara, Alcolumbre e Hugo Motta (Republicanos-PB), e que por isso tinha colocado “uma mulher bonita” na articulação do governo – se referindo a Hoffmann –, o deputado fez uma série de comentários sobre o caso em suas redes sociais. Dentre as postagens, ele provocou o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), que é companheiro da ministra, questionando se ele aceitará que Lula “oferecesse” Hoffmann a Motta e Alcolumbre, “como um cafetão oferece uma garota de programa”.

Em outra publicação, que ele apagou horas depois, o parlamentar escreveu: “Me veio a imagem da Gleisi Hof-



Presidente do Senado entrará com processo contra Gayer

mann, Lindbergh Farias e Davi Alcolumbre fazendo um trisal. Que pesadelo!”. As publicações foram realizadas nesta quarta-feira (12).

Imunidade

Tem sido normal parlamentares se recolherem ao princípio da imunidade parlamentar para fazerem agressões como a de Gayer agora. Questionado a esse respeito, porém, Alcolumbre respondeu que não aceita tal argumentação. “O que está dificultando no Brasil são as pessoas agredirem as outras sem medir o que estão falando”.

“Liberdade de expressão não é para agredir as pessoas”, completou. Além de Alcolumbre, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães

(PT-CE), também informou que entrará com no Conselho de Ética contra o parlamentar.

Recuo

Ainda nesta quinta-feira, Gayer usou suas redes sociais para se defender, declarando que não teve a intenção de ofender o presidente do Senado, mas de criticar o presidente da República e aliados do PT. Ele também conversou com Hugo Motta sobre o ocorrido e encaminhou um áudio a Alcolumbre se desculando e esclarecendo sobre suas postagens.

“Pelas redes sociais, apenas questionei o Deputado Lindbergh Farias se ele iria aceitar as falas repugnantes do presidente da República em relação à sua companheira Gleisi Hof-

mann, denunciando a gravidade do ocorrido. Ressalto que minha intenção era apenas denunciar e escancarar a hipocrisia da esquerda quando se trata da defesa das mulheres, e jamais quis ofender ou depreciar o presidente do Senado Davi Alcolumbre. Caso o presidente Alcolumbre tenha se sentido ofendido, quero deixar bem claro que minhas críticas não se referiam a ele, mas sim ao Chefe do Poder Executivo em razão de sua atitude desrespeitosa para com uma de suas ministras”.

Repercussão

A fala de Lula trouxe uma grande repercussão negativa ao presidente. Na manhã desta quinta-feira, em conversa com a imprensa após reunião com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, Hoffmann saiu em defesa de Lula, alegando que “gestos valem mais do que palavras”.

“Foi o presidente que incentivou uma mulher a ser presidenta da República [Dilma Rousseff], o presidente que incentivou uma mulher a ser presidenta do seu partido [a própria Gleisi], o que nomeou presidentas da Caixa [Rita Serrano], do Banco do Brasil [Tarciana Medeiros], STM [Superior Tribunal Militar - Maria Elizabeth Rocha], o que mais nomeou ministras”, disse. Rita Serrano foi nomeada por Lula no início de seu mandato, em 2023, mas foi exonerada menos de um ano depois. Outras ministras também saíram.